



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 013/2010

Aprova o Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

O TRIBUNAL JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a decisão tomada na sessão plenária administrativa do dia 07 de abril de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento de sua biblioteca para melhor atender a seus usuários;

CONSIDERANDO ser indispensável disciplinar o serviço de empréstimo de livros e outras atividades,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, constante do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 08, de 11 de junho de 2002, e as demais disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 14 DE ABRIL DE 2010.


Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

**CAPÍTULO I
DA BIBLIOTECA E SUAS FINALIDADES**

Art. 1º A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, vinculada à chefia de gabinete da Presidência, tem por finalidade permitir o conhecimento e oferecer aos seus usuários o acesso às informações necessárias para subsidiar as atividades desenvolvidas pelos diversos setores do Tribunal.

Art. 2º Cumpre à Biblioteca gerenciar, planejar, coordenar e divulgar o acervo bibliográfico e documental nos diferentes suportes através das seguintes atividades:

I - selecionar, sugerir e solicitar a aquisição e doação de livros e periódicos em formato convencional e/ou eletrônico;

II - registrar, classificar, catalogar, indexar e inventariar obras jurídicas e publicações afins que compõem-lhe o acervo;

III - disponibilizar consultas e efetuar empréstimos;

IV - zelar pela conservação do seu acervo.

Art. 3º A Biblioteca funcionará de segunda à sexta-feira, das oito às dezoito horas.

**CAPÍTULO II
DO ACERVO**

Art. 4º O acervo da Biblioteca é especializado prioritariamente na área jurídica, e constituído por doutrina, legislação e jurisprudência, nos seguintes formatos:

I - livros, folhetos, obras raras, periódicos, *CD-ROM*, *DVD's*, fitas de vídeo, Diário Oficial – Poder Executivo (ano corrente e anterior), além de jornais de circulação local;

II - obras de referência (enciclopédias, dicionários, códigos);

III - obras em Braille.

**CAPÍTULO III
DOS USUÁRIOS**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 5º Os usuários da Biblioteca classificam-se em: usuários internos e externos.

§ 1º São usuários internos:

- I - magistrados ativos ou inativos do Poder Judiciário do Maranhão;
- II - assessores dos magistrados do Poder Judiciário do Maranhão;
- III - servidores e estagiários do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

§ 2º São usuários externos:

- I - representantes de bibliotecas jurídicas sediadas em São Luís;
- II - o público em geral.

Art. 6º São deveres dos usuários:

- I - zelar pela conservação do acervo e do patrimônio da Biblioteca;
- II - devolver o material emprestado nas mesmas condições em que o recebeu, no prazo determinado ou quando requisitado pela Biblioteca;
- III - deixar o material consultado sobre a mesa, para evitar a recolocação em lugar indevido;
- IV - não fumar nas dependências da Biblioteca;
- IV - comunicar à Biblioteca:
 - a) qualquer dano verificado em obras do acervo, para as providências cabíveis;
 - b) eventuais alterações em seus dados cadastrais pessoais.

Art. 7º Em havendo dano, ainda que parcial, perda ou extravio, do material da Biblioteca, caberá ao usuário responsável providenciar-lhe a reposição com exemplar idêntico ou edição mais recente, no prazo de quinze dias.

Art. 8º São direitos dos usuários:

- I - ter acesso livre e gratuito ao acervo da Biblioteca para fins de consulta local;
- II - receber atendimento de boa qualidade por parte dos funcionários da Biblioteca;
- III - apresentar críticas e sugestões para melhoria dos serviços;
- IV - sugerir a aquisição de obras para composição do acervo.

CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO

Art. 9º Para retirada de obras por empréstimo domiciliar, os usuários internos deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Automação da Biblioteca - SIABI.

Art. 10. No cadastro constarão os seguintes dados do usuários:



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I – nome e filiação;
- II - matrícula;
- III - cargo e/ou função que exerce com a respectiva lotação, devidamente comprovado;
- IV - endereço residencial com comprovante e *e-mail*;
- V - número de telefone residencial, celular e do setor de lotação, para contato;

Parágrafo único. Qualquer alteração de lotação, telefone ou endereço deverá ser comunicada à Biblioteca, para as devidas anotações.

Art. 11. As bibliotecas jurídicas referidas no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º deste Regulamento poderão realizar empréstimo domiciliar desde que cadastradas por seu representante legal, que deverá fornecer os seguintes dados: nome, endereço da instituição, telefone e endereço eletrônico, para que possa efetuar o empréstimo de publicações (intercâmbio), solicitado mediante ofício.

Art. 12. O usuário, ao cadastrar-se na Biblioteca, receberá uma via deste regulamento e a carteira da Biblioteca.

CAPÍTULO V DAS ATIVIDADES

Art. 13. A Coordenadoria da Biblioteca oferece a seus usuários os seguintes serviços:

I - orientação na recuperação da informação - os bibliotecários e demais funcionários da Biblioteca ficarão responsáveis pela orientação na recuperação da informação solicitada pelos usuários, orientando na localização de itens do acervo armazenados nas bases de dados que compõem o catálogo *on-line*, como em situações de impossibilidade de acesso à rede, buscando a informação em listagens ou fichários manuais disponíveis;

II – pesquisa documental - realizada para atendimento aos usuários, prioritariamente aos magistrados, visando subsidiar-lhes as atividades desempenhadas;

III - empréstimos de publicações, nos casos previstos neste Regulamento;

IV - consultas e reservas realizadas através do SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas, via *internet* e *intranet*; ocorrerá a reserva quando o material pretendido pelo usuário não se encontrar na Biblioteca, e obedecerá à ordem de solicitação, exceto quando se tratar de magistrado, que terá prioridade;

V - Disseminação Seletiva da Informação – DSI;

VI - intercâmbio entre bibliotecas.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CAPÍTULO VI
DO EMPRÉSTIMO**

Art. 14. O empréstimo domiciliar será permitido apenas aos usuários internos e às bibliotecas jurídicas devidamente cadastradas na Biblioteca, observando o disposto neste Regulamento.

Art. 15. Para o empréstimo, o número máximo de títulos e o período são:

- I – a magistrados: de quinze títulos pelo período de quinze dias;
- II – a assessores de magistrados: dez títulos pelo período de dez dias;
- III – a servidores e estagiários: cinco títulos pelo período de sete dias.

Art. 16. No momento do empréstimo, o usuário deverá digitar sua senha de acesso ao SIABI.

Parágrafo único. A senha é intransferível e de responsabilidade pessoal do usuário.

Art. 17. Não poderão ser emprestadas as seguintes obras, exceto para os desembargadores e pelo período máximo de três dias:

- I - obras de referência (dicionários, enciclopédias etc.);
- II - obras raras;
- III - códigos e constituições.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os códigos e constituições poderão ser emprestados aos juízes de direito, existindo mais de um exemplar na Biblioteca, para devolução no prazo máximo de três dias.

Art. 18. Se alguma obra emprestada for solicitada por magistrado e se destinar à consulta urgente, a Biblioteca, incontinenti, providenciará o pedido de devolução da obra ao usuário que a tomou por empréstimo, fixando-lhe o prazo máximo e improrrogável de 24 horas.

Art. 19. A renovação das obras emprestadas poderá ser feita por igual período até três vezes, desde que não haja reserva agendada para as mesmas obras.

Parágrafo único. A renovação também poderá ser efetuada via *on-line* através do SIABI, disponível na *Intranet* e na página da *Internet* do Tribunal de Justiça.

Art. 20. A Biblioteca permitirá ao usuário a retirada das obras para cópias, nos casos permitido por Lei, mediante apresentação de documento de identidade original, telefone de contato e prévia autorização da Coordenadoria, sendo que a devolução do material deverá ser feita no prazo máximo de uma hora, observando-se o horário de funcionamento da Biblioteca.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seção Única
Do Empréstimo Por Prazo Indeterminado

Art. 21. O empréstimo por prazo indeterminado ou cessão permanente de obra do acervo da Biblioteca é prerrogativa exclusiva dos desembargadores e das diretorias e coordenadorias da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Parágrafo Único. As obras raras e os exemplares únicos não serão objetos do empréstimo ou da cessão de que trata este artigo.

Art. 22. O empréstimo ou cessão de que trata o artigo anterior sujeita o órgão requisitante a:

I - confirmar bimestralmente o interesse na permanência da publicação em seu poder;

II - renovar ficha de responsabilidade, sempre que houver a substituição do titular.

CAPÍTULO VII
DAS COBRANÇAS E PENALIDADES

Art. 23. A devolução de obras não efetuada no prazo determinado, implicará nas seguintes penalidades:

I – os usuários em atraso ficarão impedidos de utilizar os serviços de empréstimo e renovação por um período de três dias por cada dia de atraso.

II - esgotados os recursos de cobrança, a Coordenadoria da Biblioteca comunicará o nome do faltoso à Chefia de Gabinete da Presidência, para as devidas providências.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A Diretoria de Recursos Humanos deverá informar previamente à Biblioteca o desligamento de servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, para emissão do respectivo *nada consta* pela Biblioteca, após a quitação de débitos preexistentes, se houver.

Art. 25. Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Coordenadoria da Biblioteca com a anuência do presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do Tribunal de Justiça.

X-X-X-X-X-X-X-X